COMPREENSÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JIJOCA DE JERICOACOARA: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Maria Eduarda de Mello Alves Miranda[1]; Bruna da Silva Sousa[2]; Saulo Vieira[3]

[1]Universidade Estadual Vale do Acaraú, Acaraú, Ceará, Brasil; mariaduda200505@icloud.com
[2]Universidade Estadual Vale do Acaraú, Acaraú, Ceará, Brasil; brunasousa181203@gmail.com
[3]Universidade Estadual Vale do Acaraú, Acaraú, Ceará, Brasil; saulocmm@hotmail.com

Introdução

O trabalho constitui-se como a categoria fundante do ser social, configurando-se como o elemento que distingue ontologicamente os seres humanos dos demais animais, uma vez que, por meio dele, o homem transforma a natureza e, simultaneamente, transforma a si próprio. Marx, ao definir o trabalho como "um processo entre o homem e a natureza, processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza" (Marx, 2013), explicita que é nessa relação dialética que se engendra a própria constituição humana, tanto em sua dimensão objetiva quanto subjetiva.

Compreender o trabalho em seu sentido ontológico, portanto, é condição para apreender a formação humana e as relações sociais historicamente produzidas. É nesse horizonte que a educação assume centralidade. Na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, Saviani (2011) afirma que "o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e indiretamente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens", evidenciando que a educação se constitui como mediação essencial no processo de humanização, ao possibilitar a apropriação dos conhecimentos e saberes socialmente produzidos. De modo complementar, Freire (1996), ainda que situado em outra tradição teórica distinta da Pedagogia Histórico-Crítica, compreende a escola como um espaço de relações humanas, no qual o ato educativo se constrói de forma coletiva, dialógica e intencional, envolvendo todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar e que, em sua práxis, produzem e reproduzem sentidos sobre o mundo.

Partindo dessas reflexões teóricas sobre trabalho, humanização e educação, o presente texto apresenta uma pesquisa qualitativa realizada no município de Jijoca de Jericoacoara, cujo objetivo é compreender as condições de trabalho dos profissionais da educação. A investigação contou com a participação de três trabalhadores da escola (apoio/serviços gerais, auxiliar de sala e professor) reconhecendo que todos são sujeitos fundamentais no processo educativo. Tal compreensão rompe com visões restritivas e individualizantes do trabalho pedagógico, reafirmando sua natureza coletiva, social e historicamente determinada.

Assim, ao relacionar as condições concretas de trabalho desses profissionais com as discussões desenvolvidas na disciplina de Educação e Trabalho do curso de Pedagogia, busca-se analisar os desafios enfrentados no cotidiano escolar, bem como refletir sobre a valorização profissional, a garantia de condições adequadas de trabalho e a promoção do bem-estar desses trabalhadores. Reafirma-se, desse modo, a educação como prática social coletiva, histórica e transformadora, cuja efetividade depende das condições objetivas e subjetivas que atravessam a vida e o trabalho daqueles que a realizam. Essa análise dialoga diretamente com as discussões as pesquisas desenvolvidas na disciplina, especialmente no que se refere às categorias de trabalho como princípio educativo, alienação, condições objetivas de existência e valorização profissional.

Jijoca de Jericoacoara, município localizado no litoral oeste do Ceará, apresenta características socioeconômicas marcadas pela forte presença do setor turístico e por desigualdades estruturais que atravessam a organização do trabalho local. Embora seja reconhecida nacionalmente como destino turístico, grande parte da população residente enfrenta condições de trabalho precarizadas, baixa remuneração e limitações no acesso a serviços públicos essenciais

(elementos que incidem diretamente sobre a realidade das escolas municipais e sobre as condições objetivas de atuação dos profissionais da educação). Esse contexto é fundamental para compreender as determinações que atravessam o cotidiano escolar e a constituição da subjetividade desses trabalhadores.

Dessa forma, o objetivo deste estudo é compreender as condições de trabalho dos profissionais da educação de Jijoca de Jericoacoara, analisando seus impactos na subjetividade, na valorização profissional e na prática educativa.

Metodologia

Adotou-se, para a realização deste estudo, uma abordagem qualitativa, a qual, conforme afirma Gil (2008, p. 29), "privilegia mais a compreensão dos significados e interpretações dos fatos sociais do que a mera quantificação de dados, buscando apreender as múltiplas dimensões da realidade a partir da perspectiva dos participantes envolvidos na investigação". Tal escolha metodológica se justifica pela necessidade de captar, para além da aparência imediata dos fenômenos, as significações produzidas pelos sujeitos em suas relações concretas de trabalho, considerando que a realidade social é constituída por determinações históricas, contradições e mediações que não se deixam apreender por procedimentos meramente quantitativos.

A coleta de informações foi realizada por meio de um questionário estruturado no Google Forms, composto por oito questões objetivas e dez questões discursivas, o que possibilitou apreender tanto elementos descritivos quanto expressões das experiências, percepções e interpretações dos profissionais da educação participantes da pesquisa. A aplicação do instrumento ocorreu no mês de fevereiro de 2026, assegurando-se que todos os participantes fossem previamente informados acerca dos objetivos da investigação e consentissem voluntariamente com sua participação mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo-se, assim, o anonimato e a integridade ética dos sujeitos envolvidos.

O questionário foi direcionado a profissionais da educação que atuam em diferentes funções no interior da mesma instituição escolar, reconhecendo que tais trabalhadores, embora ocupem posições distintas na divisão técnica do trabalho0, compartilham determinações comuns que atravessam suas condições objetivas e subjetivas de existência. As questões contemplaram temas como perfil profissional, jornada de trabalho, remuneração, condições materiais e organizacionais do trabalho, percepções sobre valorização e reconhecimento, bem como elementos relacionados à crítica e à compreensão que os sujeitos elaboram sobre sua própria prática.

A seleção dessas categorias não se deu de maneira arbitrária, mas fundamentada na compreensão de que o trabalho educativo, enquanto atividade humana concreta e historicamente situada, é atravessado por múltiplas determinações que incidem sobre a constituição da subjetividade e sobre a forma como os sujeitos significam sua inserção no processo educativo. Dessa maneira, o instrumento buscou captar não apenas dados objetivos, mas também os sentidos produzidos pelos trabalhadores acerca de suas condições de trabalho, permitindo uma análise que articula objetividade e subjetividade como dimensões indissociáveis da realidade social.

Para a análise dos dados, adotou-se uma abordagem interpretativa, buscando apreender as contradições, mediações e determinações presentes nos relatos dos participantes. Os depoimentos foram examinados por meio de leitura compreensiva e análise temática, articulando as falas às categorias teóricas previamente definidas (trabalho, alienação, reconhecimento, subjetividade e condições objetivas de existência). Assim, a interpretação das informações não se restringiu à descrição dos conteúdos, mas buscou compreender os sentidos produzidos pelos sujeitos em sua relação com as condições concretas de trabalho que atravessam o cotidiano escolar.

Além disso, por se tratar de um estudo preliminar, a pesquisa constitui uma etapa inicial de um processo investigativo mais amplo, cuja intenção é aprofundar a análise em estudos futuros, ampliando o número de participantes e desenvolvendo um artigo completo com maior robustez teórica e empírica. Assim, a amostra reduzida não compromete os objetivos desta etapa, pois está alinhada ao caráter exploratório da investigação, cujo foco recai sobre a compreensão as significações produzidas pelos trabalhadores acerca de suas condições de trabalho.

Resultados e Discussão

Os três profissionais participantes da pesquisa ocupam funções distintas no interior da escola, revelando a heterogeneidade da divisão técnica que exige o trabalho educativo: o profissional A atua há cinco anos nos serviços gerais, possuindo ensino médio completo; o profissional B exerce a função de auxiliar de sala há seis meses, cursando licenciatura em Física; e o profissional C atua como docente há quinze anos, sendo graduado em Pedagogia. A identificação desse perfil inicial não se limita a uma caracterização descritiva, mas permite compreender como diferentes posições na estrutura escolar produzem experiências singulares e, ao mesmo tempo, atravessadas por determinações comuns que incidem sobre suas condições objetivas e subjetivas de trabalho.

No que se refere à jornada e à remuneração, o respondente A afirma trabalhar oito horas diárias, sem possuir outro vínculo empregatício, e declara que sua remuneração não é suficiente para suprir suas necessidades básicas. Entretanto, ao ser questionado sobre como as condições salariais influenciam sua motivação e permanência na profissão, afirma que "*[...] influencia para que eu venha trabalhar bem, sabendo que tenho uma renda boa*". Essa contradição aparente revela, na verdade, a tensão constitutiva da experiência do trabalhador no capitalismo: a consciência da insuficiência material convive com a compreensão de que o salário é elemento estruturante da dignidade e do reconhecimento profissional. Tal ambivalência expressa, portanto, a condição de precarização e, simultaneamente, a internalização de valores que vinculam o bom desempenho ao recebimento de uma remuneração minimamente justa.

A respondente B, por sua vez, trabalha quatro horas diárias, também sem outro vínculo, e afirma que sua remuneração é apenas parcialmente suficiente para atender às necessidades básicas. Ao ser questionada sobre a influência das condições salariais em sua motivação, declara que "*[...] influencia de forma equivalente, devido à alta demanda de tarefas tornou-se exaustivo e a mínima remuneração não condiz com as diversas tarefas da função*". Já o respondente C, docente com jornada semanal de quarenta horas, igualmente afirma que sua remuneração não supre suas necessidades básicas e que isso "*[...] influencia no desenvolvimento das minhas atividades enquanto professora, na minha motivação para ensinar de forma atrativa*".

Essa última declaração evidencia uma tensão significativa: embora a insuficiência salarial comprometa objetivamente as condições de vida, o compromisso ético com a atividade educativa mantém a dedicação do profissional. Sob a perspectiva marxiana, tal situação pode ser compreendida como expressão da alienação do trabalho, uma vez que, como afirma Marx (2004, p. 82), "[...] o trabalho exteriorizado, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de mortificação". A insuficiência salarial, portanto, não se restringe a um problema econômico, mas revela a contradição entre a dedicação subjetiva ao trabalho e a ausência de reconhecimento material e social correspondente.

A análise conjunta dos três relatos demonstra que a valorização profissional ultrapassa a dimensão financeira, envolvendo elementos como dignidade, reconhecimento social, autonomia e condições adequadas de trabalho. A precarização salarial, nesse sentido, constitui apenas uma das expressões da alienação vivida pelos trabalhadores da educação, cujas práticas são atravessadas por exigências crescentes, responsabilidades ampliadas e condições materiais insuficientes.

No que diz respeito às condições de trabalho, o respondente A avalia como boas as condições físicas e materiais da escola, embora afirme não possuir materiais e recursos de seu ofício suficientes. Declara ter autonomia para realizar seu trabalho, mas relata já ter enfrentado problemas de saúde relacionados à atividade laboral. Ao ser questionado sobre o que poderia melhorar suas condições de trabalho, responde: "*[...] um salário melhor e um horário melhor*".
A respondente B considera suas condições físicas e materiais regulares, afirmando possuir materiais didáticos e recursos tecnológicos suficientes, mas também relata problemas de saúde decorrentes do trabalho. Ao refletir sobre o impacto das condições de trabalho em sua prática e vida pessoal, afirma que a ausência de um ambiente adequado torna o trabalho exaustivo, gerando sobrecarga e sentimento de insuficiência. Sugere, como melhoria, que "*[...] compreenderem que é necessário o período para resolver as questões de preparo de material didático e deixar o professor ser apenas professor, o auxiliar ser apenas auxiliar e não colocarem em funções inapropriadas*".
O respondente C, por sua vez, avalia as condições físicas da escola como boas, mas afirma não possuir materiais didáticos e tecnológicos suficientes, sendo frequentemente obrigado a adquirir recursos com meios próprios. Declara não possuir autonomia para realizar seu trabalho da melhor forma e que as condições de trabalho impactam negativamente sua saúde mental, afetando sua vida pessoal e profissional. Como melhoria, sugere "*Mais valorização da sociedade, condições de trabalho melhores, como mais horas para planejamento, melhoria salarial*".
Esses relatos evidenciam a relação direta entre condições materiais de trabalho, autonomia profissional e saúde emocional. Como afirma González Rey (2007), a subjetividade é constituída na relação dialética entre os processos simbólicos e as condições sociais concretas, de modo que situações de precarização, desvalorização e ausência de reconhecimento produzem tensões emocionais que afetam a ação, a motivação e a saúde psíquica dos sujeitos. Assim, a insuficiência de recursos, a sobrecarga de tarefas e a ausência de reconhecimento configuram obstáculos não apenas à prática pedagógica, mas à própria saúde e bem-estar dos profissionais.
No que se refere à valorização e à percepção crítica, o respondente A afirma não receber apoio pedagógico e emocional da instituição, lidando com as questões emocionais dos educandos "*da melhor forma possível*". Declara não se sentir valorizado pela gestão, pelos pais ou pelos alunos, identificando o respeito como seu maior desafio. Afirma não possuir formação continuada.
A respondente B também afirma não receber apoio pedagógico e emocional, relatando que absorve situações delicadas vividas pelos estudantes. Declara não se sentir valorizada pela gestão ou pela comunidade escolar, apontando como maior desafio "*A falta de reconhecimento de tantos esforços feitos para adaptar o ensino ao jovem*". Afirma que nem sempre consegue conciliar trabalho e descanso, e que a formação continuada contribui para esclarecer dúvidas e ampliar a compreensão sobre o aluno.
O respondente C afirma receber apoio pedagógico e emocional da instituição, mas não se sente valorizado pela sociedade. Identifica como desafios a falta de valorização, a incompreensão sobre a profissão e a ausência de participação dos pais na formação dos educandos. Relata dificuldades em conciliar trabalho e descanso, especialmente em períodos de maior demanda, e afirma que a formação continuada contribui para mantê-lo aberto a mudanças e à criatividade.
Como observa Honneth (2003, p. 213), "a experiência do desrespeito revela ao sujeito que ele não possui o reconhecimento social que considera merecer", indicando que a falta de reconhecimento constitui elemento central na configuração da subjetividade profissional.
A sobrecarga de trabalho, somada à ausência de reconhecimento adequado, não afeta apenas a motivação dos profissionais, mas limita a efetividade da formação continuada e compromete a qualidade da prática educativa. Assim, torna-se urgente a implementação de políticas que assegurem condições de trabalho dignas, valorização profissional e oportunidades reais de

desenvolvimento, reconhecendo que a qualidade da educação está intrinsecamente vinculada ao bem-estar, à motivação e à dignidade dos trabalhadores que a realizam.

Conclusões

Das informações obtidas, torna-se evidente que as condições de trabalho influenciam diretamente a motivação, a saúde física e emocional e a percepção de valorização dos sujeitos. Os relatos revelam que, apesar das diferenças de jornada, função e tempo de atuação, há consenso quanto à insuficiência salarial, à precariedade de recursos, à sobrecarga de tarefas e à escassez de apoio pedagógico e emocional por parte da instituição escolar.

Como apontam Marx (2004) e Honneth (2003), a alienação do trabalho e a experiência de desrespeito constituem elementos centrais na produção de sofrimento e desmotivação, limitando a realização plena do potencial humano e o engajamento crítico na educação enquanto prática social transformadora. A ausência de reconhecimento (seja material, simbólico ou institucional) compromete a configuração subjetiva profissional, produzindo sentidos de desvalorização que atravessam a vida laboral e pessoal dos trabalhadores da educação.

Sob a perspectiva marxiana, a desvalorização não se restringe aos baixos salários, mas expressa determinações mais amplas do sistema capitalista, que submete o trabalhador à alienação e à precarização. Como afirma Marx (2004), o trabalho exteriorizado pode converter-se em atividade de sacrifício e mortificação, ao invés de promover a realização humana. Essa dinâmica evidencia que a exploração transcende a dimensão econômica, atingindo a dignidade humana.

A partir da Psicologia Histórico-Cultural e da Teoria da Subjetividade, compreende-se que tais condições objetivas incidem diretamente sobre a produção de significações que os sujeitos elaboram acerca de si, de seu trabalho e de seu lugar na sociedade. Como destaca Gonzalez-Rey (2007), a subjetividade é constituída na relação dialética entre as condições materiais e os processos simbólicos, de modo que a precarização do trabalho docente repercute na configuração subjetiva desses profissionais, afetando sua autonomia e sua potência de ação.

Portanto, os resultados reforçam a necessidade urgente de políticas públicas e práticas institucionais que assegurem condições dignas de trabalho, valorização profissional e reconhecimento social, compreendendo que a qualidade da educação está intrinsecamente vinculada ao bem-estar, à motivação e à dignidade dos trabalhadores que a realizam. Sem tais condições, a educação corre o risco de permanecer submetida às contradições estruturais que limitam sua função emancipadora e sua capacidade de contribuir para a formação humana em sua plenitude.

Palavras-Chave: reconhecimento profissional; valorização docente; saúde emocional; alienação

Referências:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Subjetividade, personalidade e psicologia social**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.